

Inclusão da mulher em lideranças políticas será debatida na XIX Marcha

(Assomasul, 05/05/2016) Diante da baixa representatividade da mulher na política e em outras lideranças, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) propõe discutir a inclusão feminina em vários segmentos expressivos da sociedade.

A oportunidade do debate será durante o Encontro Mulheres Líderes: Liderança, Participação Política, Oportunidades e Projetos, previsto para o dia 12 de maio, em Brasília. A reunião faz parte da programação da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O encontro terá a participação de lideranças políticas, organismos internacionais, acadêmicos e da sociedade civil organizada. O objetivo da reunião é trocar experiências e discutir o fortalecimento da participação feminina em condições de igualdade nos processos de decisão e acesso ao poder a partir de experiências e vivência das mulheres que estarão presentes na Marcha.

A expectativa é que mulheres líderes possam relatar as dificuldades que enfrentam para concorrer a cargos políticos e o exercício de suas atribuições.

Na ocasião, também serão apresentadas as experiências exitosas realizadas pela CNM nos últimos anos, como o Projeto Municípios Seguros e Livres da Violência contra Mulheres e o Projeto Reinsereir - Interação Local para Reinsereção de Usuários de Drogas.

Nesse contexto, ainda serão compartilhadas informações sobre oportunidades de iniciativas e ações conjuntas realizadas por organismos internacionais parceiros da CNM, como a ONU Mulheres e a Delegação da União Europeia no Brasil.

Resultados esperados

A CNM entende que a reunião pode trazer resultados positivos da discussão coletiva e qualificada sobre o processo de fortalecimento da participação de mulheres, em condições de igualdade, nos processos de decisão e acesso ao poder. Também tem como expectativa o fomento à adoção de medidas necessárias que eliminem a discriminação contra mulheres.

Além disso, a entidade espera que ocorra intercâmbio de informações sobre os projetos da CNM e oportunidades de iniciativas e ações conjuntas realizadas por organismos internacionais que são parceiros da CNM.

A reunião está prevista para começar às 9h. A XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios acontece entre 9 e 12 de maio na capital federal.

Agência CNM

Acesse no site de origem: [Inclusão da mulher em lideranças políticas será debatida na XIX Marcha \(Assomasul, 05/05/2016\)](#)

PRE/RJ cobra inclusão feminina em propaganda eleitoral

(Procuradoria Geral da República, 04/02/2015) *Mulheres devem ocupar 10% ou mais do tempo de propaganda partidária em rádio e TV*

A Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro (PRE/RJ) expediu recomendação aos diretórios dos partidos no Estado advertindo-os para respeitarem o tempo de propaganda eleitoral gratuita reservado às mulheres. Para promover a maior participação feminina na política, a legislação eleitoral requer que no mínimo 10% da propaganda partidária em rádio e TV seja ocupado por elas. Respeitado esse limite mínimo, a distribuição do resto de tempo no ar cabe aos órgãos nacionais de direção de cada partido.

A recomendação da PRE/RJ visa a reforçar a participação das mulheres na

política, a partir do incentivo previsto pela Lei nº 9.096/1995. Além da cota para as inserções, a lei determina que pelo menos 30% das vagas nas chapas apresentadas pelos partidos devam ser preenchidas por mulheres.

“A presença feminina na política é essencial em uma sociedade plural e diversificada na qual homens e mulheres tenham participações justas e igualitárias”, afirma o procurador regional eleitoral Paulo Roberto Bérenger, autor da recomendação.” É esta a razão da lei e é isto que o Ministério Público eleitoral aspira: justiça, pluralidade e igualdade.”

Embora elas representem mais de 50% do eleitorado do país, o número de mulheres que ocupam cargos políticos ainda é muito baixo se comparado ao dos homens. Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, por exemplo, apenas 8 das 70 cadeiras são ocupadas por deputadas estaduais.

Candidaturas de laranjas - Um ano atrás, a PRE/RJ expediu 869 ofícios alertando a diretórios municipais e estaduais de partidos que respeitassem a cota de 30% de mulheres nas chapas. Na época, a partir da análise dos gastos de campanha e dos votos recebidos, a PRE apurou um esquema de fraude nas cotas femininas em que os partidos registravam candidatas laranjas para respeitar a conta mínima apenas formalmente.

Acesse no site de origem: [PRE/RJ cobra inclusão feminina em propaganda eleitoral \(Procuradoria Geral da República, 04/02/2015\)](#)